

POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL E FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA

William Gledson Silva¹
Jayne Marinheiro de Moura²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar comparativamente a influência da política cambial e monetária em relação às finanças públicas do Rio Grande do Norte (RN) e Paraíba (PB) no período 2004 a 2015. Metodologicamente, foram utilizadas estatísticas descritivas para mensuração do comportamento fiscal do RN e PB diante das políticas cambial e monetária do Brasil. Os resultados mostraram que RN e PB apresentaram comportamentos semelhantes nas finanças estaduais, influenciadas pelas políticas cambial e monetária do país.

Palavras-Chave: Políticas Cambial e Monetária; Finanças Estaduais; Rio Grande do Norte e Paraíba.

ECONOMIC POLICY IN BRAZIL AND STATE PUBLIC FINANCE: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN RIO GRANDE DO NORTE AND PARAÍBA

ABSTRACT: This paper has the objective to analyze comparatively the influence of the exchange and monetary policies in relationship Rio Grande do Norte (RN) and Paraíba's (PB) public finances in the period 2004 to 2015. Methodologically, was used descriptive statistics to measure the RN and PB's fiscal behavior on Brazil's exchange rate and monetary policies. The results showed that RN and PB had similar behaviors in State finances, influenced by country's exchange and monetary policies.

Keywords: Exchange and monetary policies; State Finance; Rio Grande do Norte and Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

As discussões empreendidas na literatura, a rigor, revelam importantes nuances capazes de explicitar relações entre variáveis macroeconômicas e finanças públicas, isto é, o terreno antes mencionado propõe a realização de observações provenientes das referidas temáticas, cuja preocupação parte do estabelecimento de vinculações nesta perspectiva.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UFRN e Professor de Economia na UERN/Assú. Email: williangledson@gmail.com

² Email: jaynemarinheiro@gmail.com

Nesse sentido, Cintra (2005) e Silva (2017) mostram que há pertinência na condução da política macroeconômica em influenciar a economia a patamares de dinamicidade mais significativos, quer dizer, a intervenção governamental gera aceleração do ritmo da atividade produtiva, expansão no nível de emprego, aumento na massa salarial, ampliação na arrecadação do próprio governo, dentre outros efeitos, criando um cenário favorável em termos da econômicos.

Nessas circunstâncias, a atualidade econômica no Brasil, por sua vez, apresenta nuances opostas no sentido que ocorreram instabilidades na economia do país, cuja repercussão está manifesta nas diferentes instâncias governamentais, a exemplo da União, Estados e Distrito Federal (DF) e Municípios (componentes da Federação), cujos resultados demonstram o inverso da prosperidade previamente apontada, corroborando com impressões de Gomes (2009) e Ferreira e Silva (2016).

É em tal ambiente que se enquadram as políticas macroeconômicas, as quais se encontram resumidas na condução monetária e cambial para efeitos analíticos deste artigo, onde a política fiscal sofre influências do par de políticas antes ressaltado, nas leituras de Salvador (2008) e Silva (2017). Ambas influenciam o grau de liquidez na economia, que decorre da mais elevada quantia de ativos líquidos em circulação, ou seja, quão maior for o volume dos meios de pagamentos (papel moeda em poder do público e depósitos a vista nos bancos comerciais) no sistema econômico, tanto menor devem ser as taxas de juros praticadas, afetando investimentos e consumo privados decisivamente, com base em Carvalho et al. (2007) e Pimentel et al. (2016).

De fato, Silva (2017) expressa que juros mais elevados desaceleram as inversões privadas na esfera produtiva devido ao conceito de eficiência marginal do capital, em outras palavras, quando as taxas de juros são ampliadas para além das taxas de lucros esperadas no campo produtivo, os agentes escolhem aplicar no mercado financeiro e retiram seus recursos das atividades produtivas, sendo simétrico quando o retorno esperado dos investimentos superam as taxas de juros.

Igualmente, o consumo apresenta comportamento diante dos juros bastante semelhante, isto é, havendo restrições creditícias pelo encarecimento dos juros, os agentes econômicos tendem a aumentar a poupança forçada e realizar uma diminuição no consumo, convergindo com a teoria de Wicksell. Assim, essa abordagem expressa que um saldo monetário real maior diante da inflação permite

aumento no consumo e vice-versa, de acordo com a descrição de Carvalho et al. (2007).

A referência anterior, claramente, mostra que se admitir o saldo real da teoria de Wicksell como associado aos juros e poder aquisitivo do consumidor, o que fica evidente é o fato da disponibilidade de meios de pagamento em torno dos agentes, ou seja, a adaptação conceitual anterior explicita que taxas de juros menores aumentam a liquidez e expandem, por assim dizer, o saldo real individual (ampliando as transações na economia), de modo que a política monetária afeta o patamar de consumo em particular, convergindo aos apontamentos teóricos descritos por Domingues e Fonseca (2017).

A política cambial, por seu turno, possibilita influenciar as condições externas, em outros termos, quando há uma depreciação/desvalorização do câmbio (elevação na quantidade de unidades monetárias nacionais para comprar uma unidade de moeda internacional), o que salta aos olhos, via de regra, perpassa pelo estímulo tendencial às exportações e desestímulo às importações, reservando efeitos contrários na apreciação/valorização cambial, a partir da aplicação de Carlin e Soskice (2006) e Pimentel et al. (2016).

Os autores supracitados, na verdade, admitem a condição de Marshall Lerner para pressupor tal afirmação, isto é, a taxa de câmbio quando se deprecia/desvaloriza, claramente, provoca tendências a um aumento do volume exportado e queda no importado e vice-versa, sistematizando a lente analítica aqui assumida.

Saliente-se, a rigor, que a satisfação da condição de Marshall Lerner ocorre quando uma apreciação/valorização da taxa de câmbio real (câmbio nominal descontado a inflação), por exemplo, implicar na desaceleração das exportações e incremento nas importações, violando a mencionada condição caso as bases previamente evidenciadas não se verifiquem.

Ressalte-se, no entanto, que uma depreciação/desvalorização na taxa de câmbio, na verdade, provoca incrementos favoráveis na economia de um dado espaço, em outras palavras, tal configuração tende ao estímulo nas exportações e desestímulo nas importações, aumentando o ritmo da atividade produtiva, ampliação no nível de emprego, renda e consumo nos setores exportadores e vice-versa, segundo descrição de Carlin e Soskice (2006) e Pimentel et al. (2016).

Ressalte-se, via de regra, a denominada hipótese de instabilidade financeira desenvolvida por Minsky (1986) e aplicada por Gomes (2009), quer dizer, os autores

admitem haver no contexto de prosperidade econômica aumento nas transações de ativos financeiros através das expectativas de ganhos dos agentes, de maneira que há uma tendência de inflexão capaz de reverter o viés próspero da economia, configurando a ocorrência de eventuais choques desfavoráveis.

Afinal, os aspectos relativos às finanças públicas, tão somente, preveem a existência de relacionamentos fiscais de qualquer instância governamental, quer dizer, em uma Federação como a brasileira, a qual é constituída pela União, estados e um Distrito Federal (DF) e os municípios, cada unidade federativa possui uma atribuição político-administrativa, tendo a competência de cobrar impostos e assumir atribuições nos limites espaciais que exerce seu poder enquanto Estado, conforme Silva (2017).

Nesse sentido, as características descentralizadoras fiscais após a instituição da Constituição Federal (CF) de 1988 no país, na verdade, mostram aumento no poder decisório em torno das instâncias de governo subnacionais, expandindo a distribuição dos recursos federativamente, além de acrescentar atribuições aos estados e municípios do Brasil, configurando nuances passíveis de explicação, pelo menos parcialmente, os desequilíbrios nas contas públicas sistematicamente na Federação integralmente, segundo apontamentos de Afonso (2003), Rangel (2003), Silva Filho et al. (2011) e Ferreira et al. (2016).

Uma vez realizadas algumas sumárias explicitações teóricas, faz-se necessário apresentar as pretensões deste estudo, ou seja, o artigo almeja discutir a repercussão do contexto macroeconômico brasileiro expresso nas taxas de câmbio e juros diante das finanças públicas estaduais no Rio Grande do Norte (RN) em comparação à Paraíba (PB), partindo do plano federativo capaz de transmitir esses contornos via transferências intergovernamentais.

Assim, a hipótese da pesquisa sustenta que as taxas de câmbio e juros brasileiras, na perspectiva da influência dessas sobre o terreno fiscal, tendem a produzir efeitos assimétricos em torno das finanças públicas potiguares e paraibanas, tomando como referência os fundamentos teóricos sumarizados anteriormente no trabalho.

As motivações quanto à realização da investigação, na verdade, procedem da reduzida existência da literatura que admite haver relações entre o contexto nacional e o âmbito subnacional no sentido das instabilidades macroeconômicas repousarem

sobre o campo fiscal estadual via captação e transmissão pelo Governo Central; além disso, o RN e a BP são estados economicamente semelhantes em termos de dinamismo.

Um último aspecto trata da existência do estudo de Silva (2017), o qual realiza procedimento análogo para o estado potiguar, sendo pertinente comparar essa sistemática com o contexto fiscal paraibano, reforçando uma linha de pesquisa em pleno desenvolvimento, que consiste na vinculação de evidências macroeconômicas nacionais e o rebatimento nas finanças públicas subnacionais.

Com efeito, os objetivos do artigo decorrem da tentativa de analisar, comparativamente, as repercussões das taxas de câmbio e juros no Brasil sobre as finanças públicas estaduais do Rio Grande do Norte e Paraíba durante os anos de 2004 a 2015. Metodologicamente, é pretensão desenvolver um exame a partir da utilização dos resultados das estatísticas descritivas e cruzando as informações fornecidas pelas variáveis macroeconômicas em face do comportamento fiscal dos estados em discussão.

Portanto, este artigo apresenta mais 4 seções além da introdução. A seguir, é preocupação explicitar os procedimentos metodológicos; na sequência, são analisadas as taxas de câmbio e juros brasileiras no período em destaque; prosseguindo, as finanças públicas estaduais potiguares e paraibanas devem ser examinadas, reservando ao último item algumas considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção procura realizar a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa, quer dizer, almeja-se evidenciar as tipologias do estudo, instrumentos de mensuração, operacionalização das variáveis, dentre outros. Logo, o artigo trata de uma investigação bibliográfica, documental e o uso de amostragem, demarcando as características aqui encerradas.

Assim, uma primeira explicitação corresponde ao período em análise, quer dizer, os anos 2004/2015 se relacionam com trio de ciclos do Plano Plurianual (PPA) integralizados em suas execuções, demarcando as ações planejadas dos governos estaduais norte-rio-grandenses e paraibano, semelhantemente ao estudo de Silva (2017).

De fato, esse procedimento sinaliza a adoção de pesquisa documental, na qual se pretende fazer uso dos chamados Balanços Orçamentários (BO) anuais dos entes subnacionais aqui considerados (execução do orçamento de qualquer ente federativo), caracterizando a fonte de dados secundários admitidos em quanto coleta de informações passíveis de mensuração estatística.

Acrescente-se a isso, sem dúvida, cifras das taxas de câmbio e básica de juros no Brasil, cujo banco de dados diz respeito ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA DATA), de maneira que tais evidências completam o conjunto de dados indispensáveis para que se alcance o esperado nos objetivos da investigação.

Nesse sentido, o trabalho almeja medir o enfatizado grupo de variáveis, via de regra, conservando passos anteriormente realizados por Silva (2017), ou seja, a taxa de câmbio Real/Dólar é tomada anualmente, bem como os juros básicos, que são coletados diariamente, esses devem ser transformados em anuais através do cálculo da média mensal e, posteriormente, a média anual, assim atingindo as cifras esperadas.

Do ponto de vista dos dados fiscais potiguares e paraibanos, o que salta aos olhos, necessariamente, parte da construção de indicadores de finanças públicas, tanto para as receitas quanto às despesas, estaduais em análise, cuja sistemática prever o uso das chamadas participações relativas, nas quais se torna pertinente descrever nos termos subsequentes:

Receita Corrente (RC), de Capital (RK), Tributária (RTR), Transferências Correntes (RTC) e as Outras Receitas Correntes (ORC), as quais devem ser medidas como proporção relativa da Receita Total (RT) nos entes aqui examinados.

Some-se a isso, a rigor, os gastos estaduais expressos nas seguintes razões: Despesas Correntes (DC), de Capital (DK), com Pessoale Encargos Sociais (DP), com Investimentos (DI) e Outras Despesas Correntes (ODC), em que esses dispêndios são medidos como proporção das Despesas Totais (DT), constituindo as pretensões em termos de mensuração estatística descritiva.

Afinal, os procedimentos agora apontados, por seu turno, trazem a esta seção traços importantes na configuração do estudo, em outras palavras, as explicitações presentes neste item mostram nuances indispensáveis à compreensão dos passos analíticos postados a seguir, reservando para a sequência, a discussão do

comportamento dos preços macroeconômicos câmbio e juros essenciais ao adequado transcurso da investigação constante nestas páginas.

3. COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE CÂMBIO E JUROS BRASILEIRAS 2004/2015

A seção agora inaugurada, via de regra, pretende discutir o comportamento das taxas de câmbio e juros brasileiras entre os anos de 2004 a 2015, focalizando a periodicidade referente ao contexto do trio de Planos Plurianuais do Rio Grande do Norte e Paraíba, em conformidade com o estudo de Silva (2017), uma vez que o conjunto de políticas nacionalmente desenvolvidas tende a repercutir na gestão fiscal dos entes examinados no artigo.

O autor supracitado, a rigor, realiza uma análise para o estado potiguar, utilizando procedimentos semelhantes, cuja preocupação do estudo aqui demarcado perpassa pela tentativa de estender o alcance antes mencionado, em que as políticas econômicas de cunho nacional impactam o contexto fiscal subnacional, tendo como canal de transmissão de tais efeitos as relações federativas, denotando eventuais repercussões na gestão do RN e PB nos anos observados.

Nesse sentido, torna-se factível tecer algumas considerações sobre as variáveis macroeconômicas câmbio e juros, as quais se reportam às repercussões da intervenção governamental central na economia, rebatendo nos entes estaduais, partindo de uma construção teórica firmada nas leituras de Minsky (1986), Salvador (2008), Gomes (2009), Gomes e Lourenço (2012) e Ferreira et al. (2016).

As referências prévias, em comunhão com as descrições teóricas e empíricas de Pimentel et al. (2016) e Domingues e Fonseca (2017), por sua vez, revelam que mudanças nas taxas de câmbio e juros, na verdade, provocam aceleração ou retração no ritmo da atividade econômica do país, impactos no nível de arrecadação nacional e, portanto, reflexos diretamente proporcionais nas transferências intergovernamentais direcionadas aos entes subnacionais, a exemplo dos estados brasileiros.

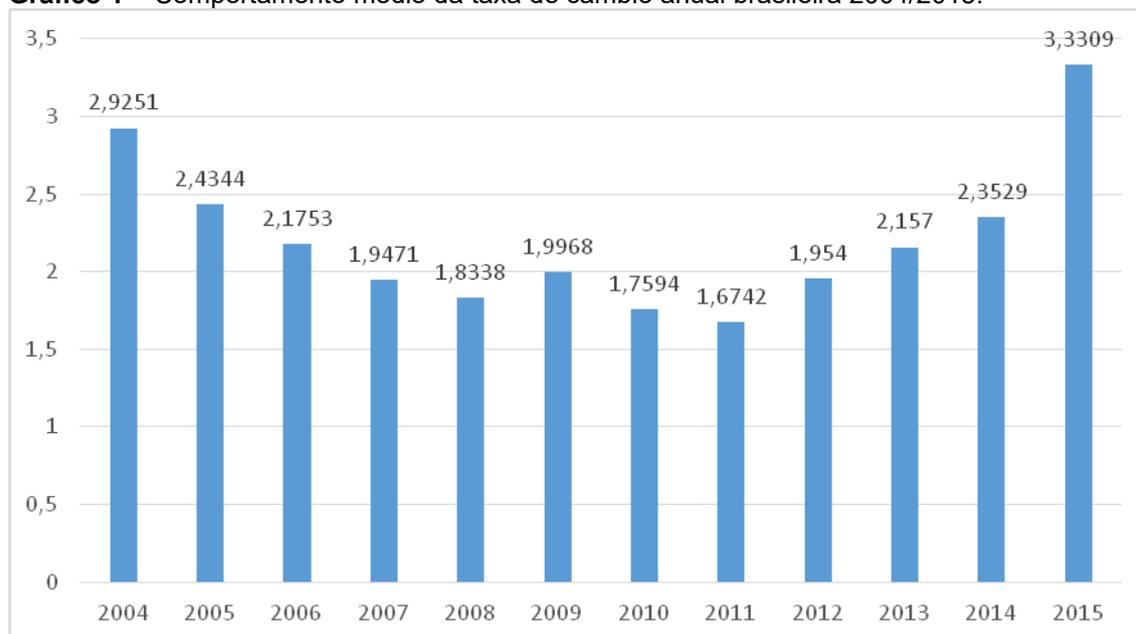
Nesse sentido, Ferreira et al. (2017) mostram que instâncias estaduais brasileiras, por sua vez, são bastante dependentes das transferências intergovernamentais, de maneira que mudanças nas taxas de câmbio e juros tendem a repercutir na arrecadação subnacional, afetando, provavelmente, os gastos

imputados a tais entes, corroborando com achados de Luna et al. (2017) e Silva Filho et al. (2017).

Dito isso, por seu turno, os Gráficos 1 e 2 postados a seguir, na verdade, explicitam o comportamento cambial e dos juros nacionais, permitindo verificar entre os anos estudados, como o ambiente macroeconômico do Brasil está desenhado, lançando as bases para o exame das contas públicas potiguares e paraibanas executadas orçamentariamente.

Com efeito, a taxa de câmbio brasileira demonstra um viés de baixa de 2004 a 2008, tendo uma leve inflexão de alta em 2009, apresentando uma suave redução até 2011, produzindo nova inflexão que reverte o viés significativamente até 2015 e, conseqüentemente, configurando uma elevação cambial capaz de repercutir no provável comportamento das transações correntes nacionais e suas influências na gestão fiscal regionalmente, conforme apontamentos de Silva (2017).

Gráfico 1 – Comportamento médio da taxa de câmbio anual brasileira 2004/2015.



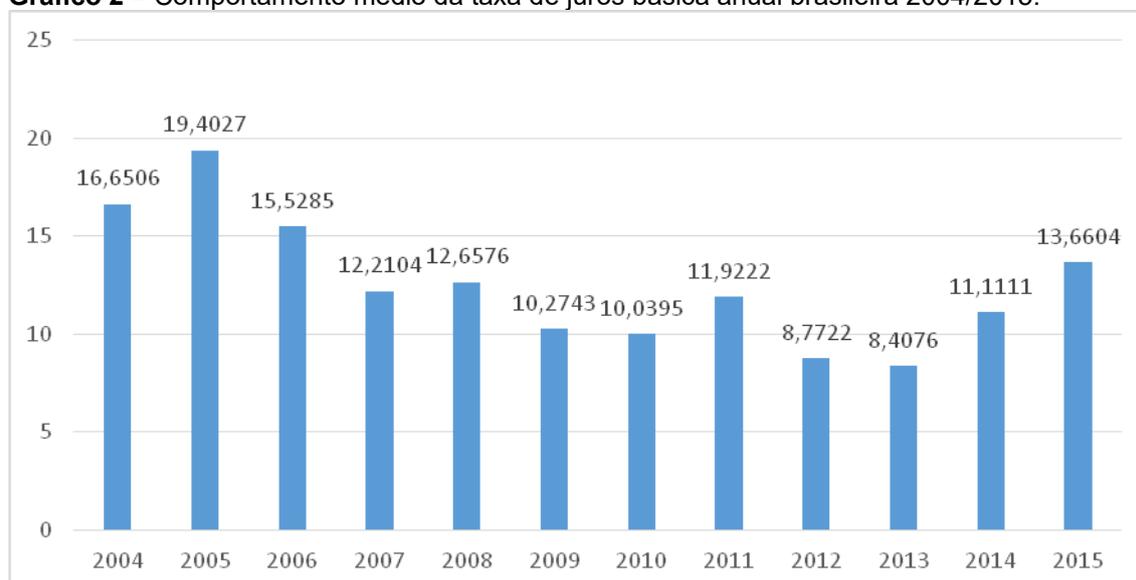
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA/DATA (2017).

Essa descrição, a rigor, denota que a economia brasileira antes de 2008 corresponde a uma área próspera e, conseqüentemente, receptora de capitais financeiros, fazendo apreciar o câmbio; tal cenário começa a reverter em 2008 para 2009 devido ao choque desfavorável do enfatizado ano, sendo artificialmente tolhido pelas políticas econômicas do Governo Federal (fiscal e monetária), relaxando a

mencionada intervenção no último quadriênio do período, a partir de evidências de Ferreira et al. (2016; 2017), Ferreira e Silva (2016) e Pimentel et al. (2016).

De fato, Arestiset al. (2003) e Vartanian (2010), via de regra, explicitam haver importantes impactos econômicos provocados pelas alterações cambiais, quer dizer, esse expediente produz efeitos em um país bastante representativos, haja vista, na verdade, ampliar relações comerciais através de acordos multilaterais, ou mesmo o ingresso de capitais financeiros fundamentais para garantir a liquidez nacional, constituir as reservas internacionais, bem como possibilitar a realização de transações de agentes domésticos com o resto do mundo, etc.

Gráfico 2 – Comportamento médio da taxa de juros básica anual brasileira 2004/2015.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEA/DATA (2017).

De posse das observações do Gráfico 2, faz-se necessário atestar que o Governo brasileiro nos momentos de ebulição da crise de 2008 não realiza políticas econômicas mais prudentes, ao contrário, o que se constata é a decorrência de expansões monetárias passíveis da provocação tendencial do desequilíbrio econômico, pois a tentativa de fomentar aumento nas inversões privadas e, portanto, aceleração do ritmo da atividade produtiva, constituindo uma tendência de gerar turbulências no terreno financeiro, em concordância com a hipótese teórica de instabilidade financeira de Minsky (1986).

Em suma, as variáveis macroeconômicas anteriormente analisadas, via de regra, provocam o surgimento de nuances em escala nacional e passíveis de repercussão regionalmente (em particular nos entes estaduais), cuja pretensão

repousa na tentativa de evidenciar esses apontamentos no decurso do item postado a seguir neste trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POTIGUAR VIS-À-VIS PARAIBANA NO TRIO DE CICLOS DO PPA 2004/2015

Este item se propõe a realizar algumas explicitações sobre a execução orçamentária do RN e a PB, enfatizando determinadas rubricas de arrecadação e gastos na tentativa de comparar o desempenho nas contas públicas desses estados, durante os ciclos do Plano Plurianual 2004/2015. Logo, as Tabelas 1 e 2 a seguir postadas evidenciam as Receitas dos entes aqui examinados.

A partir das evidências da Tabela 1, nota-se que a RC como proporção da RT praticamente corresponde à participação integral na arrecadação total potiguar, tendo residuais variações, denotando que a Receita de Capital expressa diminutos valores nos diferentes ciclos do Plano Plurianual, admitindo que a soma de RC e RK representa a Receita Total.

Tabela 1 – Evidências da arrecadação estadual potiguar via BO 2004/2015 (%).

Período	RC/RT	RK/RT	RTR/RT	RTC/RT	ORC/RT
2004	97,25	2,75	50,25	43,98	7,00
2005	96,66	3,34	48,36	50,38	0,36
2006	96,67	3,33	49,92	47,46	2,51
2007	98,34	1,66	46,54	46,53	2,76
2008	98,62	1,38	45,83	50,94	0,99
2009	93,43	6,57	44,43	45,08	2,36
2010	96,07	3,93	46,69	47,09	0,80
2011	98,20	1,80	49,93	47,61	0,39
2012	98,97	1,03	50,96	45,28	1,98
2013	93,77	6,23	49,80	42,41	2,08
2014	99,21	0,79	52,86	44,93	0,67
2015	95,14	4,86	50,85	41,67	1,85

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BO potiguar (2004/2015).

Some-se a isso, a rigor, a percepção de que a Receita Tributária em comparação à RTC diante da RT traça uma ligeira superioridade relativa, quer dizer, o Rio Grande do Norte demonstra uma capacidade de recolhimento próprio um tanto menos dependente dos repasses federais, corroborando com os achados de Silva (2017) e demonstrando haver menor elasticidade fiscal em nível de estado quando comparado aos municípios, de acordo com Silva Filho et al. (2011).

Tabela 2 – Evidências da arrecadação estadual paraibana via BO 2004/2015 (%).

<i>Período</i>	<i>RC/RT</i>	<i>RK/RT</i>	<i>RTR/RT</i>	<i>RTC/RT</i>	<i>ORC/RT</i>
2004	90,16	9,84	42,56	47,54	2,45
2005	98,00	2,00	41,85	51,32	3,83
2006	97,62	2,38	41,92	50,44	3,56
2007	99,25	0,75	43,36	52,66	2,26
2008	97,68	2,32	41,31	54,13	2,72
2009	93,53	6,47	45,41	52,56	5,33
2010	91,56	8,44	49,32	52,17	1,55
2011	96,48	3,52	49,88	56,39	3,58
2012	91,56	8,44	52,10	52,24	1,84
2013	91,23	8,77	53,36	51,16	1,97
2014	90,79	9,21	55,30	50,65	2,03
2015	91,59	8,41	35,92	43,23	1,89

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BO paraibano (2004/2015).

Assim, o que se evidencia, sem dúvida, é o fato de que as Outras Receitas Correntes são significativamente reduzidas frente à RT, reforçando os resultados antes mencionados e convergentes ao explicitado pelos autores supracitados, cuja marca aponta para uma ligeira independência fiscal tendencial norte-rio-grandense do ponto de vista da instância estadual.

Entretanto, dado que os entes subnacionais brasileiros, tanto estados quanto municípios, a rigor, demonstram certa dependência relativa aos repasses federais, cujo destaque atual gira em torno da desafiadora situação fiscal de vários entes estaduais espalhados Brasil a fora, convergindo com apontamentos empíricos de Ferreira et al. (2016; 2017) e Silva (2017).

Uma vez observadas às evidências da Tabela 2, o que salta aos olhos decorre de uma oscilação da RC como proporção da RT mais pronunciada na PB comparativamente ao RN, conseqüentemente revelando a RK com cifras maiores ao estado potiguar, cuja explicação mais plausível, provavelmente, trata de eventuais absorções de recursos não correntemente auferidos e sim provenientes de atividades ligadas ao capital no território paraibano.

Assim, a RTR e RTC, a rigor, denotam um aspecto ligeiramente menos autônomo da Paraíba em relação ao RN, quer dizer, durante a série há na maioria dos anos preponderância das transferências perante ao recolhimento estadual da PB, cujo destaque é 2015 que se reduz vertiginosamente, possivelmente devido à crise atual. Além disso, a ORC conserva diapasão similar ao constatado no Rio Grande do Norte, apontando pouca importância da rubrica.

Nesse sentido, as constatações prévias, na verdade, traduzem que os anos posteriores a 2008 e, especialmente àqueles mais próximos do final do período de

análise, provavelmente, explicitam consequências advindas da grave crise que até então a Federação brasileira vem enfrentando, conforme evidências de Gomes (2009), Ferreira e Silva (2016) e Ferreira et al. (2017).

Tabela 3 – Evidências dos gastos estaduais potiguares via BO 2004/2015 (em percentuais).

<i>Período</i>	<i>DC/DT</i>	<i>DK/DT</i>	<i>DP/DT</i>	<i>DI/DT</i>	<i>ODC/DT</i>
2004	87,54	12,46	53,11	6,06	32,53
2005	83,23	16,77	45,76	7,22	35,93
2006	83,28	16,72	38,41	9,10	43,46
2007	89,39	10,61	46,54	4,68	41,46
2008	86,40	13,60	44,32	5,01	40,89
2009	85,56	14,44	44,43	7,46	40,09
2010	84,20	15,80	44,07	6,67	39,10
2011	88,03	11,97	48,03	3,64	38,91
2012	89,33	0,67	49,26	4,73	39,08
2013	85,81	14,19	59,37	3,64	25,66
2014	92,49	7,51	62,93	3,56	28,82
2015	91,26	8,74	64,02	3,86	26,37

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BO potiguar (2004/2015).

Tomando como referência os resultados da Tabela 3, a rigor, o que se observa é a relevante participação relativa da DC diante da DT, reservando a complementaridade da DK percentualmente, mostrando haver aplicações dos recursos estaduais na grande maioria dos casos em termos correntes, acomodando-se aos achados de Ferreira et al. (2016; 2017), Luna et al. (2017) e Silva Filho et al. (2017).

Os autores antes mencionados, na verdade, possibilitam atestar que a principal modalidade de aplicação dos dispêndios está associada ao pagamento de folha e encargos sociais, tal qual se verifica na DP frente à DT, destinando para a ODC uma cifra um tanto mais reduzida e a DI em uma magnitude significativamente inferior, demonstrando o perfil do Rio Grande do Norte menos propenso a investir e sim custear a máquina pública.

Afinal de contas, quando se consideram os resultados da Tabela 4, o que fica bastante evidente, por seu turno, perpassa por uma DC mais pronunciada em comparação à DK diante da DT, porém, perante ao vislumbrado no Rio Grande do Norte, os paraibanos aparentam efetivar ligeiramente mais gastos com capital, convergindo ao constatado no terreno da arrecadação, não sendo possível admitir haver significativa tendência na mudança de característica de custeio em face das inversões estaduais.

Reforçando a afirmação anterior, via de regra, torna-se factível ressaltar que há uma tendência não tão definida da Paraíba na representação de um tipo de gestão orçamentária mais voltada aos investimentos quando confrontado com o custeio, pois as evidências revelam uma DP e ODC ligeiramente menores que no RN e a DI suavemente maior, entretanto, essa eventual mudança comportamental não pode ser admitida apenas com tais aspectos e descolados do amparo da literatura, a exemplo de Ferreira et al. (2016; 2017), Luna et al. (2017) e Silva Filho et al. (2017).

Uma última constatação, a rigor, traduz um caráter de gestão das contas públicas menos austeros no RN quando comparado à Paraíba, isto é, os potiguares aparentam compor suas receitas e dispêndios com rubricas essencialmente correntes, produzindo, ao menos tendencialmente, o quadro de dificuldade fiscal do Rio Grande do Norte diante da PB, configurando assim o desenho das finanças públicas aqui examinadas.

Tabela 4 – Evidências dos gastos estaduais paraibanos via BO 2004/2015 (em percentuais).

<i>Período</i>	<i>DC/DT</i>	<i>DK/DT</i>	<i>DP/DT</i>	<i>DI/DT</i>	<i>ODC/DT</i>
2004	88,11	11,89	54,72	5,91	29,29
2005	85,53	14,47	44,85	6,26	37,03
2006	87,27	12,73	51,15	6,38	31,74
2007	87,95	12,05	47,16	5,09	37,33
2008	84,62	15,38	45,89	6,99	36,84
2009	83,30	16,70	54,08	8,33	27,43
2010	88,08	11,92	58,03	8,74	28,30
2011	83,81	16,19	53,07	6,50	29,20
2012	86,94	13,06	57,43	8,61	27,99
2013	84,44	15,56	53,22	11,22	29,79
2014	84,16	15,84	53,99	12,37	28,84
2015	87,78	12,22	55,50	8,31	30,52

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BO paraibano (2004/2015)

Ressalte-se, todavia, que as condições macroeconômicas brasileiras são idênticas à dupla de estados analisados na pesquisa, contudo, há prováveis diferenças de gestão dos entes observados, reservando algumas questões posteriores e cabíveis de discussão na perspectiva aqui selecionada, a partir de indícios expressos por Silva (2017).

Uma vez tendo descrito os aspectos desta seção, passa a ser relevante apontar, claramente, que os entes subnacionais no Brasil são bastante sensíveis fiscalmente diante das políticas econômicas desenvolvidas pela União, cujo contexto atual desenha flagrantes resquícios de dependência federativa explicitada nos

repasses federais, implicando decisivamente na distribuição de recursos entre as diferentes rubricas, a exemplo do previsto do RN e PB.

Portanto, os apontamentos aqui explicitados, na verdade, revelam que os entes estaduais são bastante dependentes da União em termos de transferências intergovernamentais e as aplicações, na maioria dos casos no custeio da máquina, não sendo implausível assumir o impacto das variáveis câmbio e juros sobre as finanças públicas da PB e RN, permitindo aceitar a hipótese desta pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização deste estudo, o qual teve como objetivo analisar, comparativamente, a repercussão das políticas cambial e monetária brasileira diante das finanças públicas estaduais potiguares e paraibanas, entre os anos 2004/2015, permitindo extrair alguns apontamentos relevantes e dignos de ressalva.

Assim, os estados examinados, na verdade, trouxeram resultados não tão plausíveis em termos de dependência fiscal e comprometimento com pessoal, convergindo com nuances já explicitadas na literatura, cuja prerrogativa exibiu uma conservação tendencial dos entes subnacionais no Brasil particularmente.

Além disso, observou-se que de fato as políticas econômicas nacionalmente desenvolvidas, ainda que não se enquadrasse diretamente no campo fiscal, repercutiram nas instâncias de governo estaduais através das comunicações advindas do sistema federativo do país, aqui firmado em bases descentralizadas fiscalmente.

Com efeito, observou-se que houve flagrantes distinções na gestão das contas públicas na comparação entre Rio Grande do Norte e Paraíba, os quais se depararam com flutuações macroeconômicas prósperas e recessivas no período, denotando maiores repercussões nacionais no estado menos austero fiscalmente, particularmente em momentos de crise.

De fato, o que se evidenciou na Paraíba foi que este estado teve um tendencial comprometimento com gastos correntes ligeiramente menores que no Rio Grande do Norte, denotando um contexto mais dependente do ente potiguar, quando comparado à instância governamental paraibana, de modo que tal desenho configurou uma

possível autonomia fiscal e menor elasticidade às flutuações internacionais por parte da PB, corroborando com os apontamentos presentes na literatura.

Finalmente, o término deste artigo apontou clamorosas tendências de dependência fiscal, propensão ao custeio da máquina e reduzida autonomia diante da União, especialmente a partir da formulação e execução das políticas econômicas, mesmo aquelas destoantes do terreno das contas governamentais, permitindo constatar atribuições interessantes e dignas de maiores esforços de pesquisa para os futuros trabalhos complementares a este agora finalizado.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R. B. A. **O Federalismo e as Teorias Hegemônicas da Economia do Setor Público na Segunda Metade do Século XX: um balanço crítico**. 2003. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

ARESTIS, P. et al. O Euro e a Ume: Lições para o Mercosul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-24, 2003.

CARLIN, W.; SOSKICE, D. **Macroeconomics: imperfections, institutions and policies**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia monetária financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CINTRA, M. A. M. Suave Fracasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, v. 73, nov. 2005.

DOMINGUES, Fabian Scholze; FONSECA, Pedro Dutra. Ignácio Rangel, a correção monetária e o PAEG: recontando a história. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, [S.L.], v. 47, n. 2, p. 429-458, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416147273fsdp>.

FERREIRA, F. D. DA S.; SILVA, W. G.; LIMA, F. A. Condições fiscais e crescimento econômico: uma análise das finanças públicas de estados nordestinos, 2003/2015. **Revista Espacios**. V. 37, n. 37. P. 7-21, 2016.

FERREIRA, F. D. DA S.; SILVA, W. G.; LIMA, F. A. Ajuste fiscal estadual brasileiro: uma análise no período 1995/2016. **Revista Espacios**. v. 38, n. 39. P. 2-12, 2017.

FERREIRA, F. D. S.; SILVA, W. G. Finanças públicas municipais de estados do centro-oeste brasileiro e a crise financeira internacional: uma análise a partir do choque econômico pós-2008. **Revista de economia**, Anápolis. v. 13, n. 1. p. 38-62, 2016.

GOMES, Z. B. **O programa empregador de última instância: sua relevância em tempos de crises financeiras e sua aplicabilidade ao Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

GOMES, Z. B.; LOURENÇO, A. L. C. O Estado como empregador de última instância: uma proposta de pleno emprego, estabilidade e condições dignas de trabalho para o Brasil. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 485-519, 2012.

LUNA, T. B. DE; SILVA, W. G; SILVA FILHO, L. A. Despesas municipais nordestinas: uma análise empírica a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). **Revista Econômica do Nordeste**. v. 48, n. 2. p. 101-110, 2017.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

PIMENTEL, D. M; LUPORINI, V; MODENESI, A. DE M. Assimetrias no repasse cambial para a inflação: uma análise empírica para o Brasil (1999 a 2013). **Estudos Econômicos**. v. 46, n. 2. p. 343-372, 2016.

RANGEL, M. de A. **Resgates financeiros, restrição orçamentária fraca e postura fiscal dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

SALVADOR, E. S. **Fundo Público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007)**. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SILVA FILHO, L. A; et al. Considerações sobre receitas municipais em estados do Nordeste: comparação entre Bahia, Ceará e Piauí 2007. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 2, p. 409-424, 2011.

SILVA FILHO, L. A; et al. Gasto público nas mesorregiões da Bahia: considerações a partir de um indicador multidimensional. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. v. 1, n. 36. P. 140-167, 2017.

SILVA, W. G. **Fundo Público e a Programação e Execução Orçamentárias no Rio Grande do Norte: Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

VARTANIAN, P. R. Choques Monetários e Cambiais sob Regimes de Câmbio Flutuantes nos Países Membros do Mercosul: há indícios de convergência macroeconômica? **Revista Economia**, v. 11, n. 2, 435-464, 2010.

Recebido em: abril de 2020
Aceito em: outubro de 2021